

A Imprensa Liberal

Julio Couto Filho

A história da imprensa pensada eminentemente como jornalística confunde-se com a da imprensa liberal, fundamental na constituição dos movimentos revolucionários modernos e ditos burgueses, como a Revolução dos Estados Unidos da América (1776) e a Revolução Francesa (1789).

Pode-se pensar em um contraponto entre imprensa liberal e imprensa conservadora para que seja delimitado o campo de análise deste artigo já circunscrito à história da imprensa paulista. Refletir sobre a imprensa liberal, de acordo com a própria tradição revolucionário-burguesa da imprensa, nos remete a momentos bastante específicos do seu advento – um tanto tardio em São Paulo, pois surge após a Independência do Brasil e, entretanto, em contraposição ao governo imperial, tanto de D. Pedro I quanto de D. Pedro II, e vai se consolidar com a própria proclamação da República. Não se pode, contudo, generalizar, a ponto de considerar todos liberais revolucionários e republicanos, pois houve, em São Paulo, grupos antirrepublicanos e reformistas. Um exemplo é o representado pelo jornal *O Noticiador*, de 1839, autodenominado “constitucionalista” e apoiador do padre Diogo Antonio Feijó, que havia renunciado à regência em 1837, e também foi defensor da reforma constitucional em prol de uma Monarquia Constitucional representativa.

Após a renúncia de D. Pedro I à Coroa do Império do Brasil, a crise política agravava-se, mesmo com a promessa, e a despeito dela, de que Pedro de Alcântara (Pedro II), ainda menino, viesse a se tornar imperador defensor de uma Monarquia Constitucional. Foi logo após a abdicação de D. Pedro I e a instalação da Regência Trina Provisória, em 1831, que começaram a circular ideias sobre uma possível revolução republicana, de modo que muitos dentre aqueles liberais defensores da chamada Monarquia Constitucional não descartavam essa probabilidade – ou, pelo menos, a da formação de uma Constituinte. Isso, também, fora motivado pela chamada “Revolução de 7 de abril”, em que liberais insatisfeitos com a tendência absolutista de D. Pedro I se insurgiram. Tudo isso após a morte de Libero Badaró, no final de 1830, a partir de quando começaram a se avolumar os periódicos liberais do Império¹.

¹ Não podemos esquecer de que pouco antes de ser assassinado, Badaró provocou a ira dos absolutistas ao publicar em seu jornal comentários sobre a deposição de Carlos X pelos liberais franceses na chamada “Revolução dos Três Dias” e ao defender jovens estudantes manifestantes do curso de Direito, que se

Antes da Independência, existia o chamado *Partido Brasileiro*, que possuía três facções divergentes: duas liberais, que originaram, após a Independência, uma facção moderada dos chamados “chimangos”, a qual tinha como principal expoente o padre Diogo Antônio Feijó, que chegou a exercer a primeira das “regências unas”; e outra exaltada, dos chamados “jurujubas” ou “farroupilhas”. Esses últimos iriam passar a integrar a *Liga Progressista*, que viria a dar uma nova feição ao *Partido Liberal*.

Originalmente, o *Partido Liberal* teria sido criado em 1837, assim como o *Partido Conservador* ao qual fazia oposição, sendo que ambos foram extintos com a proclamação da República².

Com o advento do *Partido Liberal* surgiram vários periódicos impressos de tendência liberal que também desapareceram posteriormente, assim como um número determinado de órgãos oficiais desse partido político ao longo de sua história. É justamente isso que, em parte, pretende-se apresentar neste artigo.

Os *progressistas* também se opunham, naturalmente, aos integrantes do *Partido Conservador*, cuja história remonta a dos *caramurus*, restauradores que defendiam a volta de D. Pedro I ao trono; dentre eles, encontravam-se os irmãos Andrada, em oposição aos “carijós” do Velho Reinado; tendo sido o padre Diogo Antônio Feijó um dos principais representantes destes últimos.

Um dos órgãos liberais mais antigos de São Paulo é *O Observador Constitucional*, de João Baptista Libero Badaró, publicado pela Tipografia do *Farol Paulistano*, a única existente quando o jornal começou, em 1829. Com ele, inaugurou-se uma tendência liberal constitucionalista de oposição que, possivelmente, tenha custado a vida do próprio criador do jornal, que foi publicado até 1832 (circulava três vezes por semana). Pode-se dizer que deram continuidade a essa tradição inaugurada por Libero Badaró justamente dois jornais dos quais o padre Diogo Antonio Feijó participou como redator; isso após ter renunciado ao cargo de regente, em 1837. *O Observador das Galerias*, de 1838³, e o seu continuador, *O Observador Paulistano* (na verdade, o mesmo jornal com um novo nome),

posicionaram favoravelmente ao ocorrido e estavam sendo processados. O padre Diogo Antonio Feijó fazia parte do Conselho do Governo da Província de São Paulo, que tratou de punir os culpados. O descontentamento da população com o ocorrido, que envolvia indiretamente o Imperador na figura de seu Ouvidor em São Paulo, suposto mandatário do crime, contribuiu para fragilizar o poder de D. Pedro, que abdicou em favor de seu filho e sucessor no ano seguinte, 1831.

² E certos jornais, como *O Federalista*, também órgão do Partido Liberal, publicado posteriormente ao Liberal Paulista, tendo sido dirigido por Luiz Gonzaga de Oliveira Costa. Ele havia sido impresso, pela primeira vez, em 15 de julho de 1888, e sua última edição (a 397ª) foi a do dia 15 de novembro de 1889 (cf. FREITAS: 1915, p. 338). Com a proclamação da República, jornais defensores da monarquia também foram extintos, por suposto. Um exemplo é o da *Sentinella da Monarchia*, que parece ter surgido para estabelecer um contraponto crítico à paulatina realização do ideário republicano, tendo sido criada em 30 de junho de 1889 e extinta em novembro do mesmo ano.

³ *O Observador das Galerias* era impresso na Tipografia de Costa Silveira e publicava atas da Assembleia Legislativa Provincial, artigos de opinião, comunicados e avisos.

publicado de 1838 a 1842⁴, faziam oposição ao Governo Geral e ao da Província como um todo⁵; mas, antes disso, pode-se apontar *O Justiceiro*, que circulou de 1833 a 1835. Otávio Tarquínio, biógrafo de Feijó, assinala que este último jornal teria sido verdadeiramente o primeiro “órgão” liberal, pois antecipou, com bastante clareza, o programa do Partido Liberal, criado somente em 1837. Magda Ricci, por sua vez, discorda da tese de Tarquínio: “Considero-o uma reconstrução da ‘vida pública’ sob uma ótica bem particular. É um texto antipartidarista, que cria uma cronologia e atribui significados à história imperial que merecem ser mais bem discutidos. Para os autores de *O Justiceiro*, tanto a demarcação cronológica da ‘atmosfera’ política como o papel de padre Diogo passavam por caminhos bem diferentes dos traçados pela maioria de seus biógrafos. Os editores distinguem dois momentos-chave no desenrolar da história das duas primeiras décadas do século XIX. O primeiro foi denominado de ‘época do despotismo’ e, partindo de tempos imemoriais, estendia-se até 1831, com a abdicação de Pedro I e a instalação da Regência Trina. A partir de 1831, abria-se explicitamente uma nova etapa, a ‘época da liberdade’.”⁶

No interregno desse período (de 1832 a 1841), várias revoltas liberais assolaram o Império: a da Federação do Guanais (1832), a Revolta dos Malês (1835), a Cabanagem (de 1835 a 1840), a Farroupilha (de 1835 a 1845), a Sabinada (de 1837 a 1838) e a Balaiada (de 1838 a 1841)⁷, entre outras de menor relevância.

Em 1842 eclode a conhecida “Revolução de 42”, liderada por Tobias de Aguiar, que havia sido Presidente da Província de São Paulo por duas vezes, de 17 de novembro de 1831 a 11 de maio de 1835, e de 6 de agosto de 1840 a 15 de julho de 1841; ou seja, durante considerável tempo do período regencial e após o chamado “golpe da maioria”, quando foi decretada a maioria de Dom Pedro II aos 14 anos de idade. Muitos dos redatores de *O Tebyreçá*⁸, jornal insubordinado à Corte e ao Marquês de Monte Alegre, José da Costa Carvalho, que pretendiam depor, também deram apoio à

⁴ *O Observador Paulistano* também era impresso na Tipografia de Costa Silveira. Tratava-se de um periódico bissemanal de oposição ao governo geral e ao da província e publicava artigos de opinião, editais, correspondências, anúncios, avisos, comunicados e notícias.

⁵ “Em 2 de maio de 1.842, padre Diogo Feijó voltou a ‘profetizar’ [sic]. Redigiu um longo editorial em *O Observador Paulistano*, procurando retomar toda a ‘vida pública’ no Brasil desde 1.822. Enfatizava que, em 3 de maio daquele ano, as Câmaras na Corte iriam novamente se abrir e aquele ato significaria a luta entre a ‘liberdade’ e o ‘despotismo’, entre o ‘governo’ e a ‘nação’. Explicava que, no Brasil, o ‘espírito da liberdade’ sempre havia triunfado, apesar dos ‘ministérios venais e corrompidos’, e que, desde 1.831, todas as tentativas de implantação do ‘absolutismo’ tinham malogrado. Entretanto, em 1.842, os homens do ‘velho regime’ estavam de volta.” (Ricci, 2005, p. 438).

⁶ Cf. RICCI, 2005, p. 271-272.

⁷ Segundo TAUNAY, p. 5, a “paz” que houve em São Paulo, no período de 1831 a 1842 não teria sido interrompida se não tivesse ocorrido a *Anselmada* em 1832, na região de Franca, a despeito das demais revoltas ocorridas em outras partes do Território Nacional.

⁸ FREITAS, Affonso A. de. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo: Tipografia do “Diário Oficial”, 1915. p. 85 (um exemplar de *O Tebyreçá* encontra-se disponível em formato digital no sítio do Arquivo Público do Estado de São Paulo).

causa liberal e foram partícipes dessa revolta. Os liberais, em sua maioria paulistas, pleiteavam com urgência uma reforma na Constituição, arquitetada e apresentada como projeto de emenda constitucional que garantisse um maior poder e autonomia para as províncias. O projeto da Câmara não foi aprovado, contudo, sem alterações pelo Senado, pois a vitaliciedade dos senadores estava ameaçada. O *Ato Adicional* foi aprovado em 12 de agosto de 1834⁹, tendo como redator principal o deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos. Tal *Ato Adicional* dispunha sobre a criação de uma Guarda Nacional, de assembleias legislativas provinciais em substituição aos anteriores conselhos de Estado e da Regência Una; além de criar o Município Neutro do Rio de Janeiro e manter a vitaliciedade dos senadores. A escolha do regente de uma Regência que seria Una a partir dali se realizaria por voto, e o regente teria um mandato de quatro anos. Pode-se dizer, então, que os liberais moderados, a partir disso, obtiveram a predominância. Uma nova constituição, contudo, viria somente em 1891, após a proclamação da República. Há quem diga que o período regencial foi, de certo modo, o estabelecimento, um tanto artificial, mas experimental, do que viria a ser uma República; isso no período imperial.

Na ocasião, ora tornados exaltados, muitos liberais queriam tornar a Província de São Paulo independente e transformar Sorocaba, provisoriamente, em sua capital; os revoltosos, em 17 de maio de 1842, aclamam Raphael Tobias de Aguiar como Presidente Interino antes da tentativa de depor o Barão de Monte Alegre com a então formada “Coluna Libertadora”, que contava com cerca de 1.500 homens. Aliás, é nesse ano que surge o primeiro periódico paulista do interior, justamente em Sorocaba. O seu nome é *O Paulista*, dirigido praticamente por Tobias de Aguiar e Diogo Feijó¹⁰, sob os auspícios da Marquesa de Santos, que lá também se encontrava. Esse jornal revolucionário e de curta duração (apenas quatro números) ameaçava com o separatismo e apresentava os motivos da insubordinação¹¹.

Antes de *O Tebyreçá* dar o seu “ar da graça”, em 1840, *O Publicola*, de Antônio Pereira Pinto, impresso na Tipografia Imparcial de Silva Sobral, defendia ideias liberais e apoiava o governo do coronel Raphael Tobias de Aguiar que, ao lado de Diogo Antônio

⁹ Pouco antes da morte de D. Pedro I, em 24 de setembro de 1834, e ante a consequente impossibilidade de “restauração”.

¹⁰ “O padre Feijó – que encontrou, enfim, o seu biógrafo em Octavio Tarquínio de Sousa, a que nossas letras históricas ficam devendo o mais perfeito retrato do Regente – não tomou parte direta no Conselho Diretor dos Patriarcas, no Rio, porque, já doente, se retirara à sua chácara de Campinas. Entretanto, vencido mais uma vez o corpo hemiplégico pelo espírito inquebrantável, veio a tornar-se, na opinião autorizada de seu panegírico e ilustre patricio Alfredo Ellis, o mentor da Revolução. Fez mais, porque, partindo para Sorocaba, sede do movimento, levou consigo a tipografia onde imprimiu o “Paulista”, órgão de propaganda, e veio, enfim, a ser o vice-presidente da vencida rebelião.” (ALMEIDA, 1944, p. 35).

¹¹ Fundamentalmente, a observância da Constituição, a defesa da Província de São Paulo e do Trono de Dom Pedro II.

Feijó¹² combatia a possibilidade de os conservadores ascenderem ao poder no início do Segundo Reinado. Havia antes disso combatido o chamado gabinete de 22 de julho de 1840, que ficou conhecido como “Ministério das 9 horas”, dada a sua curta duração. O seu dirigente, o ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos, era contrário à decretação da maioria antecipada de D. Pedro II, que ocorreu no dia 23 do mesmo mês. Com a imediata extinção do regime regencial do Brasil, esse ministro foi deposto com a extinção desse ministério. Foi criado em seu lugar o chamado “Ministério da Maioridade”, de Antonio Carlos de Andrada e Silva, que havia liderado o movimento em prol da maioria de Pedro II e que o jornal *O Publicola* defendia.

O Conselheiro Dr. José da Costa Carvalho, conhecido Marquês de Monte Alegre, que foi líder do Partido Liberal em seus primórdios, tendo por correligionários Diogo Antonio Feijó, Paula e Souza, Evaristo da Veiga, Bernardo de Vasconcellos¹³ e Honorio Hermeto Carneiro Leão, foi também fundador de *O Farol Paulistano*, primeiro periódico impresso na Província de São Paulo em 1827, tendo sido eleito como um dos regentes da Junta Trina Regencial Permanente em 17 de junho de 1831, além diretor do Curso Jurídico de São Paulo, nomeado por decreto em 5 de novembro de 1835 (até 1836), e Presidente da Província de São Paulo, em 1842. No mesmo ano, também foi Conselheiro de Estado.

Em outros termos, a história da imprensa liberal paulista¹⁴ confunde-se com a própria história do Partido Liberal, mas também do Partido Republicano, em prol do seu ideário comum, ainda que comportasse variadas nuances.

Dissemos que a história da imprensa liberal em São Paulo é tardia, como a da própria imprensa, mas não do ideário. O Partido Republicano Paulista (PRP) foi fundado em 18 de abril de 1873 e é considerado o primeiro movimento republicano brasileiro moderno. Seu órgão oficial, porém, já existia: era o *Correio Paulistano* (existente desde

¹² “Recolhido à vida particular após o terceiro ano de Regência, em que o enfeitado da rua da Freira salvou o país da anarquia, ele não mudara senão na aparência, passando de homem da ordem legal a paladino da Revolução. Sim, ele não mudara – assim pensava – e seus princípios eram os mesmos. O Governo, esse é que se tornara ilegal e, por isso, derribá-lo era o mesmo, no seu entender, que cortar a cabeça à origem de toda revolta.” (ALMEIDA, 1944, p. 68-69).

¹³ Entretanto, Vasconcellos funda em 1837 o *Partido Conservador*, também denominado “regressista”. Aos olhos dos liberais, o seu ideário se opunha a tudo aquilo que haviam conquistado com o *Ato Adicional* de 1834, sobretudo a descentralização do poder.

¹⁴ O órgão do Partido Liberal, em 1887, era justamente um jornal com o nome *Liberal Paulista*. Era um diário que surgiu em substituição a *O Paulista*, conservando, inclusive, a continuidade da numeração. A sua propriedade, no início, era de Alfredo de Almeida, tendo sua parte política sido redigida, em princípio, pelo conselheiro Leôncio de Carvalho e, depois, por Theophilo Dias de Oliveira. Após o falecimento de seu proprietário, a propriedade deste, bem como a gerência, passou para as mãos de J. A. Adail de Oliveira. Apesar da sucessão dos mais variados órgãos liberais decorrente de reestruturações ocorridas no partido, o Liberal Paulista manteve a contagem de tempo e numeração a partir do surgimento do primeiro órgão liberal, o jornal a *Gazeta Liberal*, surgido em 1883 (cf. FREITAS, 1915, p. 322).

1854); até ter se tornado órgão do Partido Conservador¹⁵ no chamado “Segundo Reinado”; entretanto, outros “órgãos” não cessaram o apoio e a sustentação ao mesmo ideário.

O *Partido Liberal*, por seu turno, surge um pouco antes, por volta de 1837, tendo sido extinto com a proclamação da República, assim como vários jornais que apoiavam a causa dos republicanos, dos abolicionistas, etc. Um exemplo disso é o jornal *A Republica: organ do Club Republicano Academico*, que fazia crítica aos “liberais” e foi publicado pela Tipografia da Província de São Paulo, Tipografia do *Correio Paulistano* e Tipografia da *Tribuna Liberal*¹⁶. Consistia em um semanário de política e tendência republicana, tendo sido publicado de 1876 até 1886. Nele, era discutido o sistema republicano e as mazelas da monarquia. Atacava os liberais, considerados republicanos pela metade e apresentava anedotas do meio universitário, crítica literária, análise filosófica e publicação de poemas.

No que diz respeito propriamente aos “liberais”, em 1860, o Partido Liberal (o partido político, não o jornal) foi transformado em Liga Progressista, fundada por Joaquim Nabuco, entre outros, e defendia a causa abolicionista. Liberais moderados e liberais radicais seguiram caminhos distintos, tendo-se unido esses últimos aos republicanos enquanto outros se aliaram a grupos mais puristas ou conservadores, fundando um novo Partido Liberal, em 1870.

A origem de duas tendências refletidas em partidos políticos diferentes representantes da situação e da oposição consiste nas facções mais antigas dos Caramurus e dos Carijós, sendo que os primeiros originaram aqueles que seriam chamados de “restauradores”; e, depois que a restauração perdeu a razão de ser com a morte de D. Pedro I, de “conservadores”. Os segundos seriam os “progressistas”, também “legalistas”, ligados ao padre Diogo Antonio Feijó. Não necessariamente contrários à volta do governo imperial, mas seguramente fiéis ao espírito da monarquia constitucional, da observância das leis e, em um tempo futuro, talvez à instauração de um governo republicano.

A história da imprensa liberal confunde-se com a da própria história da imprensa republicana, mas também da imprensa oficial; basta atentar para um órgão como o

¹⁵ Os conservadores compunham-se de antigos restauradores e liberais moderados que ansiavam por um governo forte e centralizado (os “regressistas”, como eram chamados). O Partido Conservador fora criado em 1837 por ocasião da renúncia de Feijó ao cargo de regente, em favor de seu adversário político, Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, o segundo e último regente do período de Regência Una.

¹⁶ Houve pelo menos três jornais em épocas distintas com o mesmo nome de *Tribuna Liberal*, sendo que a primeira surgiu em 1867, na mesma época de *O Ypiranga* de Salvador Mendonça, que apoiava o governo de Tavares Bastos. A segunda é de 1876 e, a terceira, de 1877. Esta última foi substituída pelo também liberal jornal *Diario da Manhã*, em 1881 e, este, por seu turno, também substituído por *O Ypiranga* no ano seguinte, dando continuidade à tradição da Imprensa Liberal.

Correio Paulistano que publicava atos oficiais e que foi também veículo oficial do Partido Republicano Paulista durante muitos anos, até o seu fechamento com o Golpe de 1930. Em sua, digamos, “primeira fase”, foi órgão liberal, dando vez ao 2º *Ypiranga*, criado em 1867, um jornal diário representante do partido da situação, em apoio ao governo do presidente Tavares Bastos. O mesmo publicou crônicas, notícias, sessões da Assembleia Legislativa, leis e atos do Governo Provincial, folhetim e anúncios. Uma característica desse jornal era a de apresentar um sumário com os títulos de suas matérias na primeira página. O *Imparcial* foi criado para dar continuidade à publicação dos atos oficiais que eram publicados pelo *Ypiranga* que, com a queda do Partido Progressista, como era chamado, passa a fazer oposição ao Presidente Barão de Itaúna, em 1897.

Um órgão como o *Diário Liberal*, por exemplo, do Partido Liberal, surgiu da fusão da *Gazeta Liberal* com o *Diário de S. Paulo* (o segundo, fundado em 1883, e não o primeiro de 1865), tendo sido extinto devido ao aparecimento de duas facções: a do Conselheiro Moreira de Barros, representada pelo jornal *O Paulista*, que de Taubaté é transferido para São Paulo, e de José Bonifácio, representada pelo jornal *O Partido Liberal*, de 1886: um jornal político republicano diário criado em substituição ao *Diário Liberal* devido a divergências internas do Partido Liberal do qual este último foi órgão. Era orientado politicamente por José Bonifácio de Andrada e Silva e publicava artigos de política, atos da Assembleia Provincial, notícias e anúncios comerciais.

A Constituinte também foi um jornal diário liberal fundado e redigido por Joaquim de Almeida Leite de Moraes, Bento Francisco de Paula Souza e Brasílio Augusto Machado de Oliveira. Começou a ser publicado em 7 de setembro de 1879 e foi extinto em julho de 1880.

Órgãos liberais de São Paulo foram, entre outros:

O *Tebyreçá*, impresso pela Tipografia Costa da Silveira e Tipografia Silva Sobral, era um jornal liberal e de periodicidade irregular. Lançado em 1842, publicava artigos de opinião, extratos de outras publicações e informações oficiais de Sorocaba.

O *Crepúsculo*, publicado pela Tipografia Liberal de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, foi um periódico semanal de ideias liberais fundado em 1852. Publicava artigos de opinião, textos científicos, poemas e crônicas extraídas de outras publicações. Também apresentava ilustrações, tendo sido o primeiro a publicar uma seção de enigmas e charadas.

O *Liberal: organ do Club Academico Liberal* publicado pela Tipografia da Província de São Paulo, Tipografia da Tribuna Liberal, Tipografia Commercial, Tipografia

do Correio Paulistano, Tipografia Commercial, Tipografia União. Era uma folha de periodicidade irregular e tratava de política, tendo sido publicada de 1877 até 1885. Defendia valores liberais, como a reforma política, a descentralização, a eleição direta de congressistas e o fim do poder moderador, apesar de repudiar certos ideais republicanos. Possuía colunas de notícias, artigos sobre ciências naturais e ciências sociais, poemas e contos.

O *Noticiador*, publicado pela Tipografia Imparcial Silva e C. Esse jornal era uma exceção: periódico semanal político antirrepublicano, liberal e constitucionalista. Foi publicado de 1838 a 1840. Trazia artigos de opinião e anúncios de fuga e captura de escravos. Debatia as eleições provinciais, atacava e respondia a ataques da publicação *Phenix* e apresentava, também, projeto de Diogo Antônio Feijó acerca da instrução pública.

O *Provinciano: orgam de interesse da Província de São Paulo*, publicado pela Tipografia do Provinciano. Era um periódico diário de ideais liberais, publicado a partir do dia 8 de maio de 1886. Trazia artigos, folhetim, poesias, resenhas literárias e incluía notícias, coluna de esportes e anúncios.

O *Radical Paulistano: orgam do club radical paulistano* (conhecido simplesmente como *Radical Paulistano*¹⁷). Era publicado pela Tipografia do *Ypiranga*. Foi um jornal semanal de política com tendência liberal radical publicado de 1869 a 1870. Privilegiava a publicação de artigos de debate que abordavam fatos da política nacional, como a Guerra do Paraguai. Discutia, também, sistemas de governo, professando a vantagem da República. Publicava, ainda, anúncios comerciais, sendo que alguns possuíam pequenas ilustrações.

O *Sete de Abril* fazia crítica ao centralismo do poder. Era um jornal semanal de política de tendência liberal publicado em 1865 e possuía artigos de crítica política a respeito da centralização do poder, da perseguição aos liberais e revoluções. Trazia, também, uma página de cultura com história do Brasil, crítica teatral, poemas e transcrição de obras em prosa.

O *Meteoro*: folha quinzenal de literatura e humor que publicava contos, poemas, crônicas, folhetins e charadas. Segundo Affonso de Freitas¹⁸, também era simpático ao Partido Liberal. A sua redação era anônima, mas sabia-se que o seu redator era Paulo Antonio do Valle e tenha durado de 1850 a 1851, publicado pela Tipografia União.

¹⁷ “As idéias republicanas conquistavam a imprensa. Luís Gama, que se iniciara como revisor em *O Ipiranga*, em 1849, dirigira o *Diabo Coxo*, com Agostini, e redigira o *Radical Paulistano*, com Rui Barbosa, Martim Cabral e os irmãos Pamplona”. (SODRÉ, 1966, p. 262).

¹⁸ Cf. FREITAS, 1915, p. 98.

Não se pretendeu, com esta lista, esgotar as informações existentes a respeito dos periódicos liberais nem de descrever exhaustivamente todos eles. Apenas foi feito um panorama da época em que se produziram até a proclamação da República, quando foram extintos com o fim do governo imperial.

Referências

ALMEIDA, Aluisio de. *A Revolução Liberal de 1842*. São Paulo: Editora José Olympio, 1944.

FREITAS, Affonso A. de. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo: Tipografia do "Diário Oficial", 1915.

RICCI, Magda. *Assombrações de Um Padre Regente*. 2. ed. São Campinas: Ed. Unicamp, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TAUNAY, Affonso de E. *História da Cidade de São Paulo Sob o Império, (1831-1842)*. v. V. São Paulo: Coleção Departamento de Cultura Publicação da Divisão do Arquivo Histórico, 1961.